



(\*) Documento assinado eletronicamente por MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO em 31 de Julho de 2024 às 17:59 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DECISÃO-CGMP-632024, Código de Validação: BA8E817E2D.



Corregedoria Geral do Ministério Público

**DECISÃO-CGMP - 632024**  
**( relativo ao Processo 139182024 )**  
**Código de validação: BA8E817E2D**

Trata-se de Processo Administrativo inaugurado por meio da REQ-33ªPJESPSLS2OTE - 12024, subscrito pelos Promotores de Justiça Antônio Augusto Nepomuceno Lopes, titular da 33ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, e Marinete Ferreira Silva Avelar, titular da 19ª Promotoria de Justiça Criminal de igual Termo Judiciário, por meio do qual realizam **permuta dos períodos de 13 a 15 de agosto de 2024 e 2 a 4 de dezembro de 2024**, referentes aos plantões criminais respectivos.

É o relatório.

Estabelece o art. 6º da Resolução n. 04/2011-CPMP que “*é facultado aos Promotores de Justiça compensarem entre si períodos de plantão, desde que mediante acordo por escrito e comunicado, pelo substituto, com antecedência mínima de 48 horas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e às autoridades e instituições previstas no § 2º do artigo 8º desta Resolução*”. Na mesma esteira, dispõe o art. 8º do Ato Regulamentar n. 10/2020 que “*é facultado aos membros da mesma Regional permutarem entre si períodos de plantão, desde que comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à Corregedoria Geral do Ministério Público, à qual declararão o compromisso de cumprir as providências descritas no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. Os Promotores de Justiça que realizarem a permuta comunicarão a alteração da escala, no mesmo prazo estabelecido no caput, aos Juízes e Secretarias Judiciais Plantonistas dos períodos correspondentes*”.



(\*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 31 de Julho de 2024 às 17:59 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DECISÃO-CGMP-632024, Código de Validação: BA8E817E2D.



**Corregedoria Geral do Ministério Público**

Observa-se, pois, que o acordo de compensação de plantões proposto se amolda às normas acima dispostas.

Assim, **homologo a aludida alteração** e determino que sejam as informações publicadas no sítio do Ministério Público para ciência aos interessados.

FH

*assinado eletronicamente em 31/07/2024 às 17:59 h (\*)*

**MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO**  
CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO